

Mesmo sob amparo da lei, mulheres que abortam no Brasil sofrem preconceito

Pouca informação sobre direitos reprodutivos e ataques à atual legislação coloca vida das mulheres em risco

(Brasil de Fato, 18/11/2019 - acesse no site de origem)

Mesmo sendo um tema que ainda é tabu no Brasil, o aborto é uma realidade na vida de milhões de mulheres, como apontam as estatísticas: no país, por ano, 500 mil mulheres fazem aborto; uma em cada cinco mulheres de até 40 anos já interrompeu uma gravidez e o Ministério da Saúde atesta que o aborto é a 5ª causa de morte materna. Hoje, a Constituição Federal permite o aborto em caso de risco de morte da mulher grávida; em caso de feto com anencefalia, ou seja, sem o cérebro; e em caso de a gestação ser resultado de um estupro.

Mesmo nesses três casos e com amparo da lei, as mulheres que decidem ou necessitam fazer o aborto legal sofrem discriminação e julgamento. Por isso, a ONG Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero lançou a campanha “Aborto Legal: Não julgue, acolha”, para orientar e acolher mulheres que sofrem com os julgamentos e que deixam de acessar seus direitos por medo da discriminação. Juliana César, assessora de Programas da Gestos, ressalta que o procedimento, quando legal, tem poucas chances de prejudicar a saúde da mulher “A própria OMS afirma que o aborto é mais seguro que um parto, se ele for, claro, dentro dos cuidados adequados. O aborto é um procedimento simples, mas a sociedade vê isso como algo extremamente danoso”, explica.

Um outro aspecto que dificulta o acesso ao aborto legal é a falta de informação. Nos casos de estupro, por exemplo, para ter acesso ao serviço de saúde, não precisa apresentar boletim de ocorrência, nem exame de corpo de delito. O relato da violência sexual já é suficiente. Já nos casos de anencefalia, não é necessário obter autorização judicial, mas um laudo médico com imagens que comprovem o diagnóstico.

Um outro problema está relacionado ao serviço especializado, que nem sempre é acessível, ou que tem equipes pouco preparadas para lidar com a situação, como explica a assessora “A maioria das mulheres não sabem a quem recorrer e isso não pode acontecer. É uma demanda antiga. Tanto divulgar quais são as permissivas legais e onde realizá-las. Isso é o mínimo. Uma outra coisa é garantir que os profissionais que trabalham nesse tipo de serviço não tenham objeção de consciência. Se é um serviço especializado, não deveria haver profissionais que se recusam a fazer o procedimento. Há uma formação para que os profissionais que trabalham nesse serviço precisam acolher as mulheres sem discriminação, sem preconceito e com eficiência’.

Observando a comparação entre legislações relacionadas ao aborto em todo o mundo. A ONG Center for Reproductive Rights fez um estudo sobre a legislação e as estatísticas relacionadas ao aborto no mundo e na maioria dos países onde o aborto é legalizado e a decisão da interrupção é analisada partir de indicadores sociais, econômicos e psicológicos a taxa de abortos diminuiu, já que com a legalização, há mais informações sobre o tema e o planejamento familiar é incentivado “No caso uruguaio, por exemplo, a mulher se apresenta ao

serviço de saúde, procura um psicólogo, tem um tempo para tomar a decisão. O Estado dá todas as oportunidades para que a mulher repense, e caso não seja seu desejo, ela interrompa a gravidez. O que se observa é que com isso o número de procedimentos diminuiu. Junto com a legalização do aborto, existe a necessidade da educação sexual integral. Então as pessoas têm acesso a informação sobre como se engravida, como prevenir, quais os métodos contraceptivos e seus impactos, os homens também são educados em relação a isso. Nesse caso, as mulheres engravidam menos sem planejamento e quando diminui o índice de gravidez indesejada, se diminui também os casos de aborto e quando ele é feito, não é mais por um método inseguro” explana Juliana.

Menos direitos

De acordo com Juliana, mais um problema é que o Brasil anda na contramão da tendência mundial de avanços nas leis de direitos reprodutivos “Só nesse ano vários projetos de Lei foram apresentados novamente, incluindo um que acaba com esses três permissivos legais que temos hoje que autorizam o aborto. Alguns outros projetos estão sendo rediscutidos, como o bolsa estupro e uma série de absurdos. Existe uma grande dificuldade de lutar contra isso com um legislativo e executivo extremamente conservadores”.

A atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, já declarou ser favorável ao Estatuto do Nascituro, projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados desde 2005 e que vem sendo colocado novamente em discussão. O projeto prevê proteção jurídica ao feto incentiva as mulheres a não abortar em caso de estupro, recebendo uma pensão alimentícia que pode ser dada pelo Estado, ou pelo estuprador, caso este seja identificado, criando um vínculo entre o criminoso e sua vítima. Já existe um parecer favorável ao projeto, que hoje está parado na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara, e aguarda votação, que ainda não tem data. Caso aprovado, o projeto segue para plenário da Câmara.

Por Daniel Lamir e Vanessa Gonzaga

Conferência internacional discute mudanças no acesso ao aborto legal nos últimos 25 anos

No período, alguns países legalizaram aborto enquanto outros criminalizaram a prática. 97% dos abortos não seguros acontecem em países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina.

(G1, 18/11/2019 - acesse no site de origem)

O acesso ao aborto seguro progrediu no mundo desde a década de 1990, mas também deu alguns passos atrás em países onde a prática é criminalizada. Na Conferência Internacional de

População e Desenvolvimento (ICPD25, na sigla em inglês), organizada em Nairóbi, no Quênia, ativistas e pesquisadoras apresentaram estimativas sobre o aborto no mundo. Um dos objetivos da conferência é estabelecer medidas para reduzir a mortalidade materna.

Em 1994, 179 países adotavam um programa sobre direitos reprodutivos das mulheres, segundo dados da ICPD organizada no Cairo naquele ano. Hoje, o número de países com acesso ao aborto legal aumentou, mas as organizações não possuem dados precisos de quantos lugares legalizaram a prática.

“Vinte e cinco anos se passaram desde a conferência do Cairo e o aborto seguro segue sendo uma meta incompleta”, disse Shilpa Shroff, da ONG Campanha Internacional pelo Direito das Mulheres ao Aborto Seguro, durante o evento.

“Muitos países legalizaram o aborto, eu diria então que sim”, responde a epidemiologista indiana quando questionada se a situação melhorou em relação ao acesso ao aborto seguro um quarto de século atrás.

No entanto, “algumas leis foram revogadas”, afirma. “Mas pelo menos as pessoas começaram a falar sobre isso, neste ponto avançamos. (Há 25 anos) era um tabu”.

Aborto pelo mundo

Segundo estimativas da organização, 56 milhões de abortos foram realizados todos os anos no mundo entre 2010 e 2014, dos quais cerca de metade - aproximadamente 25 milhões - ocorreu sem segurança.

Essas práticas, realizadas por pessoas não qualificadas ou com poucas equipes médicas, contribuem para a mortalidade materna, cuja erradicação é um dos principais objetivos da ICPD25.

A grande maioria desses abortos “não seguros” (97%) ocorre em países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, acrescenta Shilpa Shroff. A ativista afirma que “tornar o aborto ilegal não reduz o número de abortos, só faz com que sejam mais perigosos”.

Na América Latina, o aborto só é totalmente descriminalizado no Uruguai, Cuba e na Cidade do México. Em outros países, como o Brasil, o acesso é limitado e só é possível interromper a gravidez em caso de estupro, risco de vida para a mãe ou malformação grave do feto.

Primavera árabe

Desde 1994, o saldo é desigual na Ásia, onde apenas cinco países, incluindo a China, legalizaram totalmente a interrupção da gravidez. A situação também é inconstante no Norte

da África e no Oriente Médio onde, por exemplo, o Iraque e a Argélia aumentaram as restrições ao aborto, dizem especialistas.

Atualmente, no Oriente Médio, “80% das mulheres em idade fértil vivem em um país que restringiu o acesso ao aborto”, declarou Hedia Belhadj, presidente da associação tunisiana Tawhida Bem Cheikh, que milita pela defesa da saúde das mulheres. Segundo ela, a primavera árabe, apesar de autorizar maior liberdade de expressão, também permitiu que “lobbies conservadores” usassem redes sociais contra os direitos das mulheres.

Na África, as leis em torno desse assunto são consideradas muito restritivas em um quarto dos países. Seis deles, como a República Democrática do Congo e o Senegal, proibiram a prática completamente, independentemente das circunstâncias, de acordo com um relatório da Federação Internacional para o Planejamento Familiar (IPPF, na sigla em inglês), publicado em junho de 2018.

“Nosso maior desafio é que o aborto está criminalizado. Uma mulher pode ser presa por isso. O que nós procuramos não é a legalização, mas a descriminalização”, conta à AFP Ernest Nyamato, responsável para a África da ONG IPAS.

“A barreira mais importante é a religião”, assegura o médico queniano. “Outra luta é que, mesmo em países onde é legalizado, como na África do Sul, existem obstáculos: o sistema de saúde não oferece esse serviço, os profissionais não são qualificados.”

Por France Presse

EUA e Brasil entre os países que rejeitaram o aborto na conferência sobre o desenvolvimento da ONU

Reunião teve lugar no Quênia. Grupo de dez países rejeitaram as conclusões por algumas expressões serem “usadas de forma agressiva para promover certas práticas como o aborto”.

(Público, 14/11/2019 - acesse no site de origem)

Dez países que participam na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD 25) rejeitaram assinar compromissos ou conclusões que abordem temas como o aborto e o controle da natalidade.

“Não há direito internacional ao aborto”, disse a chefe da delegação norte-americana, Valerie Huber, lendo um comunicado aprovado por dez dos países que participam na conferência que

decorreu entre terça-feira e hoje no Quénia. “As leis internacionais — frisou — dizem de forma clara que todo o mundo tem direito à vida”.

Estados Unidos da América, Bielorrússia, Brasil, Hungria, Polónia, Santa Lúcia, Egipto, Haiti, Senegal e Uganda desvincularam-se de “documentos internacionais com palavras e expressões ambíguas, como direitos sexuais e reprodutivos, que não têm consenso internacional”, diz uma declaração conjunta, por considerarem que “foram usadas de forma agressiva para promover certas práticas como o aborto”.

Os representantes de mais de 160 países estão a debater, desde terça-feira, formas de acelerar o programa de acção [acordado na CIPD realizada no Cairo em 1994](#), a primeira em que a saúde sexual e reprodutiva passou a ser considerada um direito humano, e na qual foram abordados temas como a mortalidade materna e a violência doméstica.

No seu comunicado, os dez países pedem que se respeitem as metas conseguidas no Cairo, mas criticam a suposta falta de consenso durante a conferência.

“Os resultados desta conferência não foram negociados de forma intergovernamental e não são resultado de um processo consensual, e por isso não deveriam ser considerados normativos nem deveriam aparecer em documentos futuros como linguagem negociada de forma intergovernamental”, disse nesta quinta-feira Huber, a escolha do Presidente Donald Trump para o Departamento de Saúde e Serviços Humanos, que promove a abstinência sexual.

Entre as críticas destes países, destaca-se a relutância em apoiar o que consideram “uma educação sexual que falha em manter os pais envolvidos e que promove o aborto como uma forma de planeamento familiar”.

Os países censuraram o facto de que se fomenta principalmente o controlo da natalidade e não o aumento da natalidade, depois de as previsões feitas no Cairo sobre crescimento populacional não se terem cumprido, “com a maioria das regiões do mundo com uma taxa de fertilidade mais baixa que as taxas de substituição da população”.

“Como resultado, a planeamento familiar deve centrar-se tanto em conseguir de forma voluntária a gravidez como em prevenir a gravidez indesejada”, salientou a delegada norte-americana.

Os temas destacados nesta conferência, muitos dos quais causaram mal-entendidos entre uma minoria de grupos ultraconservadores e religiosos que se manifestaram nas ruas de Nairobi, foram a igualdade de género, o direito ao aborto, os direitos sexuais de pessoas com deficiência, o planeamento familiar e a violência doméstica.

A CIPD25 foi organizada pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e os Governos do Quénia e da Dinamarca.

Por Lusa

Veja também:

[Os desafios da América Latina para avançar nos direitos das mulheres](#)

Feminismo cristão: católicas e evangélicas querem descriminalizar o aborto

Em meados da década de 1990, a socióloga Maria José Rosado, a Zeca, enfrentou mudanças profundas em sua vida. Concluiu um doutorado na Escola de Altos Estudos em Sociologia, em Paris, abandonou a vida de freira e se mudou para São Paulo para lecionar na Universidade Metodista de São Paulo. Não sabia bem quais caminhos seguir a partir daí, mas tinha certeza que seguiria transformando o mundo.

(Universa, 28/10/2019 - acesse no site de origem)

“Eu sempre achei que a minha vida era pouco para mim. Eu tinha que estar vinculada com a vida de outras pessoas de alguma maneira”. Naquela época conheceu o movimento Catholics for Choice, uma organização formada por católicas nos Estados Unidos que defende a legalização do aborto, os direitos reprodutivos e a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo. Foi então que criou, ao lado de quatro mulheres, a ONG Católicas pelo Direito de Decidir (CDD).

“Era uma luta de Davi contra Goliás”, resume sobre o esforço de cinco mulheres enfrentarem uma instituição poderosíssima como a Igreja Católica. O movimento está dando frutos. Este ano, a ONG completou 25 anos com membros em todas as regiões do Brasil. E inspirou outros movimentos, como o Evangélicas pela Igualdade de Gênero e a Frente Evangélica pela Legalização do Aborto. O grupo é formado por católicas que defendem os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, questionam os dogmas da igreja a partir da teologia feminista e, principalmente, acolhem outras mulheres. Um dos temas defendidos pelo movimento é a legalização do aborto.

“O estado criminaliza a mulher que aborta e a igreja a condena”, explica Maria José. As mulheres consideradas culpadas são muitas. Uma em cada cinco mulheres brasileiras de até 40 anos já realizou um aborto, aponta a Pesquisa Nacional de Aborto 2016, realizada pela Anis — Instituto de Bioética e pela Universidade de Brasília. Um total de 2,5 milhões de católicas entre 18 e 39 anos. Maria José explica que estas mulheres não encontram apoio na igreja. O máximo que obtêm é um perdão de um padre numa confissão. Mas a culpa de cometer um pecado as acompanha ao longo da vida.

Ser pecadora para uma mulher de fé é muito grave. Isso significa que ela está desligada de Deus. Nós dizemos que não houve pecado. O último recurso para tomar uma decisão dolorosa como essa é a sua própria consciência

Maria José busca apoiar e conversar com elas. Aos 75 anos, Zeca é uma das diretoras da ONG Católicas pelo Direito de Decidir e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mas, a sua experiência em acolher mulheres começou bem antes da criação do movimento. Em 1976, a socióloga morou no interior da Bahia. Em uma cidadezinha chamada

Barra do Mendes, na região da Chapada Diamantina. Como freira, realizava a Novena de Natal com as prostitutas da cidade. “A marginalização das mulheres me incomoda muito. Eu as admiro e respeito. Elas devem ser respeitadas na sua dignidade como cidadãs. São as Genis a quem a sociedade apedreja e depois usa em discursos moralistas e hipócritas”

A sua trajetória lhe rendeu reconhecimento no Brasil e no exterior. Foi indicada para receber o prêmio Nobel da Paz, em 2005. Foi professora convidada da Universidade de Harvard. Ela conta que o seu percurso acadêmico se deve muito à teologia feminista, que busca compreender a fé a partir de uma perspectiva feminista. A religião, explica, é uma criação feita por homens para as mulheres seguirem. “Você vai num templo e encontra homens que ditam as regras e normas e estabelecem uma compreensão e disciplina”. Mas, com a teologia feminista, as mulheres se apropriam e reinterpretam a religião. “Somos competentes pois trazemos muito da nossa vida e da formação acadêmica”.

Punição pelo Vaticano



Ivone sofreu represálias depois de se posicionar. Imagem: Faculdade Unida de Vitória.

As teólogas feministas estão nas universidades, em movimentos sociais e em grupos de discussão nas redes sociais. Mas são marginalizadas pela Igreja Católica. E também sofrem represálias. Como é o caso da freira Ivone Gebara, punida pelo Vaticano em 1995 por defender a legalização e descriminalização do aborto em uma entrevista à revista Veja. Ela viveu dois anos reclusa na Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica, onde concluiu seu doutorado em Ciências Religiosas. Atualmente, a freira da Congregação Irmãs de Nossa Senhora — Cônegas de Santo Agostinho não possui nenhuma relação com o Vaticano, e sim com as pessoas com quem convive, especialmente mulheres.

Após a repercussão da entrevista, muitas católicas confidenciaram a Ivone que realizaram um aborto. A teóloga escuta todas elas, e ressalta que não defende a interrupção da gravidez de forma indiscriminada, como se fosse um método anticoncepcional. “Vejo o aborto como uma precariedade e um limite da vida. É uma experiência duríssima”. Durante quase 35 anos

conviveu com mulheres pobres em Camaragibe, em Pernambuco. Não foram poucas que realizaram aborto. “As igrejas, os homens e quem não têm sensibilidade de ver a dor alheia não percebe o quanto o aborto é uma decisão extremamente dolorosa e penosa para muitas mulheres. É também uma questão de saúde pública, de salvar a vida de uma menina, mulher ou mãe”.

O aborto é legalizado em casos de risco de vida da mãe, formação de feto anencéfalo ou decorrente de um estupro. Mesmo assim, entre 2011 e 2016, mais de 4 mil adolescentes entre 10 e 19 anos tiveram um filho após uma gestação resultante de estupro, aponta o Ministério da Saúde. Sendo que em 68,5% dos casos, o violentador é um familiar da vítima. Ivone aponta que, dentre os tantos medos que as religiosas enfrentam quando abortam é de receber um castigo de Deus. Mas, a freira é categórica: “o amor divino não é carrasco, condenatório que põe na prisão e manda para o inferno”. E resume, “as mulheres não podem se afundar em uma culpa sem fim”.

Ivone caminha e dialoga com outras mulheres em São Paulo, onde mora há seis anos. Mesmo com as bases na capital do estado, se considera uma andarilha. Viveu com um pé no Nordeste e outro no mundo por mais de três décadas. Foi professora por mais de 15 anos no Instituto Teológico no Recife e ministrou palestras e cursos em diversos países como Estados Unidos, França e Chile. Publicou mais de 30 livros sobre catolicismo e feminismo. É autora de obras como “As Incômodas Filhas de Eva na Igreja da América Latina”, “Teologia Ecofeminista: Ensaio para Repensar o Conhecimento e a Religião” e “O que é Teologia Feminista”. Ela reconhece que os movimentos feministas cristãos como o Católicas pelo Direito de Decidir, na qual atua, estão ganhando força. Mas longe da instituição católica.

Embora a igreja conte com muitas mulheres, as fiéis tendem a reforçar a manutenção do poder dos homens. Isso porque enxergam Deus como uma divindade masculina, explica. “As pessoas que têm um pensamento crítico estão saindo das igrejas”. A freira acredita que o Papa Francisco traz um frescor na igreja, mas avalia que ele não tem força suficiente para transformar a estrutura milenar. O trabalho da teóloga, inclusive, não é estimado por alguns bispos. Alguns tentam dissuadir outros de convidá-la para eventos e cursos. “As tendências fundamentalistas conservadoras estão aumentando no Brasil”. A freira conclui que, em seus 74 anos de vida, nunca presenciou tanta intervenção religiosa e política.

Não encontra sentido, por exemplo, em uma parte do bordão do governo que diz “Deus acima de todos”. Entende como uma espécie de mágica, palavras de efeito. “Quando as pessoas dizem primeiro Deus e depois o meu voto, estão buscando uma legitimação política de um poder absoluto. E, para mim, significa a manutenção de um modelo que exclui todos e todas que não compactuam com a ideologia do governo e do poder estabelecido”. Ela classifica como uma forma de impressionar o povo brasileiro que é muito religioso. “Quando as pessoas escutam ‘Deus acima de todos’ pensam que os políticos são homens de Deus. Mas, então, eu pergunto qual o significado de Deus?”. E complementa: “Os seres humanos precisam ser respeitados na sua diversidade”.

Nas igrejas evangélicas



A militância começou depois da tentativa de estupro de um pastor. Imagem: Marcelo Santos.

Valéria Cristina Vilhena cresceu participando dos cultos de domingo, cantando louvores e orando com fervor na Assembléia de Deus, a maior igreja evangélica do Brasil. Não usava brinco, maquiagem ou calça comprida. Sabia sobre os detalhes do fim dos tempos, descrito no livro bíblico de Apocalipse e as consequências de quem comete pecado. Aos 20 anos, decidiu buscar outros caminhos. Frequentou a Presbiteriana do Brasil, uma instituição mais aberta nos costumes. Mesmo assim, percebeu que ambas as igrejas tinham questões morais muito

semelhantes. Ela seguia com fé em Jesus. Mas incomodada com as diferenças entre homens e mulheres nas igrejas. “Os homens decidiam sobre as nossas espiritualidades, corpos e vidas”.

A gota d’água foi quando um dos líderes de uma igreja tentou estuprá-la. Ela não denunciou o caso. Pediu ajuda para as pessoas ao redor, mas ouviu comentários como: “homem é assim mesmo”, “a culpa é da sua roupa”, e “a culpa é do seu perfume”. Sofreu em silêncio.

Valéria faz parte da estatística. A cada quatro minutos uma mulher é agredida por pelo menos um homem no Brasil, aponta o Ministério da Saúde. Os dados não incluem aquelas que foram assassinadas. Ela aprendeu, então, a lidar com o trauma por meio do conhecimento, na universidade. “Estudei para não ser mais enganada”, conta. É teóloga, mestre em Ciências da Religião e doutora em Educação, Arte e História da Cultura. Autora de livros como “Evangélicas por sua voz e participação – Gênero em discussão” e “Violências de Gênero, Evangélicos políticos e os Direitos Humanos”.

Com a sua experiência de vida e bagagem acadêmica, criou em 2015 o grupo Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), movimento que luta contra todo tipo de violência sofrida pela mulher evangélica. “Eu passei por aquela situação de uma forma muito solitária e dolorosa. Mas eu quero que seja diferente. Nós precisamos ser acolhidas”. As igrejas evangélicas contam com aproximadamente 42,3 milhões de fiéis no Brasil, de acordo com o Censo de 2010. É a religião que mais cresce no país. Em 1970, contabilizava um pouco mais de 5% da população. Hoje mais de 20% de brasileiros são evangélicos. E são elas, as mulheres, que são a maioria. Representam quase 56% de fiéis. Mesmo estando em maior número, não discutem nas igrejas as diversas violências que muitas delas sofrem. Mas o tema tornou-se pesquisa de mestrado de Valéria, na Universidade Metodista de São Paulo, em 2016.

A teóloga investigou a violência doméstica sofrida pelas evangélicas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Casa Sofia, em São Paulo. Identificou que, naquela instituição, cerca de 40% das vítimas eram evangélicas. E, assim como ela, sofreram sozinhas. “Tive dificuldade em conversar com as mulheres. Isso demonstra o quanto é velada a violência nas igrejas”. Uma delas foi proibida pelo marido em buscar apoio. “Olha, ele me bate, mas é a voz de Deus. É o meu pastor”, confidenciou para Valéria. Poucas contam sobre os casos de violência. Algumas desistem de frequentar a instituição e decidem participar de correntes de oração em suas igrejas. “A maioria busca uma solução na religião”, explica a pesquisadora. Por isso, o movimento Evangélicas pela Igualdade de Gênero reinterpreta episódios da Bíblia a partir da teologia feminista.

Há todo tipo de mulher no movimento, de diversas orientações sexuais, classes e regiões do país. São acadêmicas, donas de casa, dentistas, arquitetas, faxineiras, psicólogas e camponesas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. O grupo orienta e acompanha as mulheres nas delegacias em casos de violência. Também oferece abrigo para as que sofrem ameaças de ex-companheiros. Elas oram, conversam, choram, trocam experiências de vida e consideram a fé e as dúvidas das companheiras. Não há censura e sim escuta e acolhimento. Uma mãe, por exemplo, está aprendendo a compreender e aceitar a filha bissexual. Outra comentou que nunca abortaria nem em caso de estupro, mas respeita quem faz e entende que é uma questão de saúde pública.

“Algumas mulheres do grupo não se reconhecem como feministas. Outras nunca ouviram termos como ‘patriarcado’. Mas lutam pelos direitos das mulheres”, explica a teóloga que defende um feminismo popular. Ela sabe, por experiência própria, como é difícil questionar os

valores construídos ao longo da vida. “É um processo lento. Dói tirar ‘as verdades’ que você construiu. São seus tijolinhos, a sua base. Quando você desconstrói passa por muita solidão. É importante ter o apoio de outras mulheres”.

A favor da legalização



Camila é filha de missionários. Imagem: Annelize Tozetto.

Camila Mantovani nunca estudou mais de um ano na mesma escola. Os seus pais eram missionários de uma igreja evangélica no estado do Rio de Janeiro. Eles se mudavam com frequência para espalhar a mensagem de Jesus. A sua família era pobre e economizava cada centavo para comprar comida. Enquanto isso, as lideranças da igreja trocavam de carro e viajavam para fora do Brasil. A estudante de 24 anos não via sentido neste tipo de vida. Decidiu romper com a instituição. “Eu vi o Deus dos pobres, que caminha com os marginalizados e oprimidos. É possível pensar em outro modelo de igreja que não controla os corpos e o comportamento das pessoas. Eu acredito em um evangelho baseado na justiça”.

Em 2017, ela criou ao lado de outras mulheres a Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, no Rio de Janeiro. Naquele ano, discutia-se no Supremo Tribunal Federal uma proposta de descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação - a ADPF 442. Algumas igrejas se posicionaram contra. O que gerou indignação para as evangélicas que defendem a descriminalização. “Nos sentimos desrespeitadas. Estas igrejas não têm autoridade para falar sobre todas as pessoas religiosas do país. O campo religioso é muito diverso no Brasil. Tem pessoas que concordam com a descriminalização do aborto, sim.” A partir de então, elas promoveram rodas de conversa para mulheres nas igrejas evangélicas das comunidades do Rio de Janeiro.

O grupo discutia diversos temas além do aborto e trazia episódios bíblicos baseados na teologia feminista. “A Bíblia foi apropriada pelos homens para nos oprimir. O papel da teologia feminista é compreender a nossa espiritualidade a partir do contexto feminino. Isso é possível, pois a Bíblia está lotada de histórias de mulheres”, defende Camila. Elas conversavam também

sobre violência doméstica e sexualidade. Muitas não sabiam a importância de usar uma camisinha ou o que são doenças sexualmente transmissíveis. “A gente se assustou com a falta de acesso à informação e o estigma que elas têm em falar sobre determinados assuntos”



Na rua, a favor do direito de escolha Imagem: Acervo pessoal.

Ao lado de outras mulheres, as participantes se sentiam seguras. Algumas confidenciaram sobre as violências que sofreram. Uma delas contou que foi estuprada há 28 anos, mas era a primeira vez que dizia sobre o ocorrido. Hoje, o movimento não atua mais no Rio de Janeiro, e sim em São Paulo. O clima beligerante contribuiu para a mudança. As integrantes do grupo receberam mensagens de ódio por defender a descriminalização do aborto. Camila foi ameaçada de morte. Homens armados começaram a persegui-la na rua. Ela passou a não ter endereço fixo. Sua família também foi ameaçada. “O salário do pecado é a morte, então você vai morrer”, diziam os criminosos. Camila decidiu sair do Brasil. Os custos da mudança foram viabilizados pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil.

A associação divulgou uma nota de solidariedade em conjunto com o Fórum Ecumênico ACT Brasil. Uma parte do texto diz: “A fé cristã não pode ser instrumentalizada para subjugar as pessoas nem para dominar territórios, impondo medo às pessoas. A fé evangélica não é violência. (...) Ela se orienta pela graça amorosa de Deus e pela liberdade. (...) Não aceitaremos que nossa tradição de fé seja instrumentalizada para a promoção do ódio, do racismo, do sexismo e outras formas de dominação e violência”. Camila mora na Costa Rica há cinco meses, onde estuda Teologia. O recomeço é difícil. Mas, mesmo longe, acompanha e participa das ações de mulheres evangélicas no Brasil. Antes de se mudar, escreveu: “(...) Estou indo, mas continuo a denúncia da barbárie que esse país se tornou sendo um país tão evangélico! Sigo na luta, porque a despeito da igreja hegemônica que persegue e mata quem ousa contrariá-la, eu tenho comigo a força do Nazareno, do Deus que encarnou preto e pobre, do Deus que valorizava as mulheres”.

Por Aline Takashima

[40 dias de assédio, por Debora Diniz](#)

Grupo católico pró-vida que constrange mulheres em frente ao hospital de São Paulo importou dos EUA o modelo de assédio às vítimas de estupro: são como colonizadores de novos territórios para o missionarismo

[\(El País, 27/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A promessa é de 40 dias ininterruptos de assédio contra mulheres. O grupo é pequeno, porém ruidoso. Um grupo de poucas pessoas murmura orações e pragueja às mulheres que se aproximam do hospital para aborto legal em São Paulo. [Eles se autodenominam “40 dias pela vida”](#), mas há um desvio de identidade no título: são católicos, doutrinados pelo imperialismo religioso dos Estados Unidos, que usam o tempo produtivo da vida para perseguir mulheres. Ignoram o que sejam direitos ou cuidado à dignidade de uma mulher vítima de [estupro](#) —a missão é constrangê-las para doutriná-las a não abortar. Nem que isso signifique abandoná-las à própria sorte depois do parto.

Para isso, montaram barraca com direito à estátua de santa na porta do Hospital Pérola Byington, o principal centro de atendimento para mulheres e meninas vítimas de [violência sexual](#) no Brasil. Santa Gianna Molla morreu de parto: sofria de câncer e optou por não realizar um aborto para salvar a própria vida. Fez como as feministas acreditam dever ser o mundo em que se respeitam as liberdades individuais. Nem uma mulher deve ser obrigada a se manter grávida de um estupro ou ser forçada a interromper uma gestação contra sua vontade, mesmo que isso represente uma forma indireta de suicídio. Santa Gianna Molla recusou tratamentos que salvariam sua vida por uma convicção religiosa individual.

Poucas mulheres nasceram para a santidade como foi Gianna Molla. Infelizmente, no curso da vida, [meninas são vítimas de estupro](#) e engravidam. Muitas delas sofrem violência na casa e os agressores são homens de sua rede familiar e de afeto. Sofrem medo, sentem-se desamparadas, e a interrupção da gestação é uma das formas de proteger seus planos de vida. Segundo dados do estudo [“Serviços de Aborto legal no Brasil: um estudo nacional”](#), 94% dos casos de atendimento para o aborto previsto em lei (estupro, anencefalia e risco de vida) foi resultado de estupro. Tristemente, 15% das vítimas foram meninas entre 11 e 14 anos. Não há dados seguros sobre o atual cenário de assistência às vítimas de estupro no país, mas se estima que o acesso e os cuidados nos 37 serviços identificados pela pesquisa estejam ainda mais restritivos que em 2015 quando os dados foram coletados.

A coordenadora da barricada abençoada não se descreve em missão desumana. Ao contrário, explica em detalhes o combo de perseguição às mulheres. A ação em hospitais segue o protótipo dos grupos antiaborto católicos e evangélicos nos Estados Unidos em frente às [clínicas de planejamento familiar da rede PPFA](#): primeiro praguejam às mulheres na expectativa de que sofram e desistam do aborto. Dali, as mulheres vítimas de estupro são levadas para espaços onde permanecem até o parto, as chamadas casas de [“gravidez em crise”](#). A oferta é de cuidado, mas é também de vigilância ao direito de escolha. Pouco se sabe sobre o funcionamento desses espaços e grupos, quem os financia [além do governo americano para as ações nos Estados Unidos](#), ou como as mulheres são vigiadas. O que sabemos é que há

uma importação do modelo de assédio às mulheres vítimas de estupro —são como colonizadores de novos territórios para o missionarismo. A igreja não é mais suficiente; é preciso ocupar o espaço público e os hospitais, tornando-os também insuportáveis às mulheres e meninas já vítimas de violência sexual na casa.

Por Debora Diniz e Giselle Carino

Manifestantes tentam impedir que grupo contra aborto assedie pacientes em hospital de SP

Após conhecimento de um caso de agressão contra uma paciente do hospital Pérola Byington, na região central de São Paulo, manifestantes se reuniram no local na manhã deste sábado (26) para tentar impedir que um grupo contrário ao [aborto](#) interpele mulheres que procuram atendimento médico.

[\(Jovem Pan, 26/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Desde o final de setembro, o grupo católico “40 dias pela vida” monta uma estrutura diariamente em frente à entrada do hospital. Com cartazes, faixas, imagens de santos e fetos de plástico, o grupo tem como objetivo persuadir as pacientes para desistirem do aborto.

O hospital Pérola Byington é um centro de referência no atendimento a mulheres, principalmente as vítimas de violência, além de ser um dos poucos que realiza o procedimento para interromper a gravidez de forma legal no país.

A legislação brasileira permite o aborto apenas em três casos: quando a mulher é vítima de estupro, quando a mãe corre risco de morrer por causa da gestação ou ainda quando o feto for anencéfalo.

A escritora Daniela Neves, que organizou o movimento contra o grupo pró-vida neste sábado, reuniu ativistas pelas redes sociais e chegou bem cedo para ocupar o local.

De acordo com os manifestantes, alguns integrantes do movimento “40 dias pela vida” chegaram ao local, mas logo foram embora.

“Eles não conversaram com ninguém daqui, chegaram, viram que tinha outro grupo e chamaram a polícia”, conta o programador Marcelo Gasparian.

A [Polícia Militar](#) apareceu no local, mas não houve objeção ao protesto do novo grupo.

“Eles têm o mesmo espaço liberado para montar a barrquinha deles”, afirma Marcelo. O programador decidiu sair de casa por não concordar com a abordagem realizada pelo grupo católico: “Me dói ver as pessoas sendo constrangidas por buscarem atendimento médico

absolutamente dentro da legalidade, são pessoas já fragilizadas.”



Junto com a filha de sete anos, a assistente comercial Carla Cabral soube da manifestação pelas redes sociais e decidiu participar. Ela esclarece que o objetivo do ato não é armar confusão, mas sim garantir que pessoas com direito ao aborto legal não sejam constrangidas na porta do hospital. “É fácil eu montar uma barraca e ficar rezando mil ave marias aqui, só que do outro lado da praça tem crianças abandonadas na rua, vamos rezar por elas?”, questiona.

Carla acha legítimo o direito do grupo pró-vida de manifestar a opinião contrária ao aborto, mas critica quando os integrantes passam do limite: “Eu acho que as pessoas têm o direito de ser a favor ou contra alguma coisa desde que respeitem a liberdade do indivíduo (...) Imagina uma mãe de uma mulher que foi violentada vem acompanhar a filha no hospital e chega aqui e encontra um grupo de beata... É surreal.”

Segundo a assistente comercial, funcionários do hospital também se sentiram incomodados com a presença dos manifestantes católicos ao longo dos últimos dias. Há relatos até de médicos que foram hostilizados.

O movimento “40 dias pela vida” (40 Days For Life) é internacional e faz intervenções em diversos locais pelo mundo. A página do subgrupo paulista no Facebook aponta que a “campanha comunitária” é global e “adota uma abordagem pacífica e determinada para mostrar às comunidades locais as consequências do aborto em seus próprios bairros”.

Procurados pela reportagem, o grupo “40 dias pela vida SP” não retornou o contato até o fechamento desta reportagem.

[Nota de Repúdio: Grupo Anti-Aborto Constrange Mulheres no Hospital Pérola Byington](#)

Católicas pelo Direito de Decidir é uma organização que luta pela descriminalização e legalização do aborto para que mulheres não tenham que se submeter ao risco de abortos clandestinos que podem levar à morte dessas mulheres. Somos a favor do respeito à decisão das mulheres em relação ao aborto e, sobretudo, a favor do cumprimento da lei nos casos em que o aborto está legalizado em nosso país. Desta forma, não reconhecemos os grupos contrários à legalização do aborto como “pró-vida”. Para nós, esses grupos são pró-morte.

[\(Católicas pelo Direito de Decidir, 25/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Recentemente, foi noticiado na imprensa que um grupo católico pró-morte armou acampamento na praça em frente à um dos poucos serviços de aborto legal do Estado de São Paulo. O Hospital Pérola Byington, na capital, tem sido palco de um verdadeiro show de horrores, onde mulheres que procuram o serviço, por conta de violência sexual, de gestações de fetos anencéfalos ou de gravidez com risco de vida – todos esses casos previstos em lei e que permitem acessar o procedimento na rede pública – tem sido constrangidas pelo grupo a não interromperem a gravidez.

O serviço de aborto legal é uma conquista do movimento de mulheres que deve ser garantida e preservada. Nós, Católicas pelo Direito de Decidir, repudiamos toda e qualquer tentativa de qualquer grupo ou indivíduo de constranger mulheres e meninas que necessitam do procedimento da interrupção da gravidez nos casos previstos em lei. Ao invés de orarem pela “conversão” de médicos e funcionários que trabalham no serviço de aborto legal, deveriam agir contra a cultura do estupro e o acobertamento de casos de violência sexual dentro das igrejas.

Veja também:

[Grupo pró-vida constrange vítimas de estupro em frente a hospital \(Agência Pública\)](#)

[Ministério Público abre inquérito contra a Globo por tratar de aborto em novela](#)

Após reclamações nas redes sociais, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou um inquérito civil contra a Globo por conta do debate sobre aborto exibido no capítulo de sábado (19) de Bom Sucesso. O órgão quer saber se a emissora descumpriu a classificação indicativa da trama, e se a abordagem didática ao tema serviu como uma “aula”, ensinando os telespectadores como praticar o ato.

[\(UOL, 25/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O responsável pelo inquérito é o procurador da República Fernando de Almeida Martins, que enviou um ofício ao Ministério da Justiça para saber o horário exato de exibição e a classificação indicativa recomendada à novela das sete.

“As emissoras deveriam observar na sua programação as cautelas necessárias às peculiaridades do público infantojuvenil”, disse o procurador em nota enviada à imprensa.

A portaria que regulamenta a classificação indicativa da programação da TV aberta brasileira estabelece que o horário das 6h às 20h está na faixa de proteção infantojuvenil. Por essa razão, as emissoras devem apresentar somente programas de fins educativos, artísticos, culturais ou informativos.

No entendimento do procurador, a indecisão da personagem Nana (Fabiula Nascimento) sobre manter sua gravidez ou não foi exposta de uma maneira que abriu margem para dupla interpretação. Para ele, crianças e adolescentes não conseguem diferenciar o merchandising social de um incentivo ao aborto.

“Os direitos das crianças e adolescentes à proteção da formação psíquica e moral de nossa juventude precisam ser respeitados”, explicou ele.

Na cena, Nana conversou com Paloma (Grazi Massafera) e se mostrou confusa sobre o que fazer em relação à gestação. “Pensando bem, ainda não é um bebê. É só um embrião. Não tem sistema nervoso, não tem coração, não é nem um humano ainda”, disse a herdeira da editora Prado Monteiro. “Eu não sou a favor do aborto, ninguém é. Mas sou a favor do direito de decidir sobre o meu corpo, sobre a minha vida”, completou a personagem.

O debate sobre o aborto continuou em outra cena, quando Nana encontrou seu ex-marido, Jorginho (Daniel Warren), e falou sobre o fato de ser ilegal praticar o aborto no Brasil.

“Aqui é ilegal, mas todo mundo conhece alguém que já fez. Quem tem dinheiro consegue fazer um aborto seguro. Quem não tem condições, pode até morrer ou ser presa. Sou privilegiada, eu sei, mas eu não queria estar passando por isso”, desabafou a irmã de Marcos (Romulo Estrela).

As falas da personagem motivaram críticas nas redes sociais, que levaram o Ministério Público a abrir uma investigação sobre a possibilidade de a emissora ter feito apologia ao aborto.

“O MPF solicitou para a Coordenação de Classificação Indicativa, do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, do Ministério da Justiça, o horário de exibição e a classificação indicativa adotada para a novela. O MPF também pediu análise específica do capítulo em que a temática sobre aborto foi discutida, sob justificativa de incompatibilidade de exibição desse tipo de conteúdo ao horário infantojuvenil”, disse o órgão em nota.

Por Gabriel Perline

Veja também:

[Aborto em debate na ficção \(Folha de S. Paulo\)](#)

Grupo pró-vida constrange vítimas de estupro em frente a hospital

Católicos montam acampamento em frente ao Pérola Byington em São Paulo e são acusados de agressão; coordenadora da ação hostilizou filósofa Judith Butler no Brasil

([Agência Pública, 24/10/2019 - acesse no site de origem](#))

Na manhã da última segunda-feira (21), a assistente de produção J., de 31 anos, que pediu para não ser identificada, foi ao Hospital Pérola Byington, no centro de São Paulo, para uma consulta psiquiátrica. Vítima de violência sexual, há cerca de 20 dias ela frequenta a unidade estadual, considerada centro de referência na assistência a mulheres que sofreram estupro. Antes de entrar no prédio, se deparou novamente com algo que há dias a assombrava: na praça do outro lado da rua havia uma tenda de manifestantes “pró-vida”, como se autodenominam os ativistas contrários ao aborto, cheia de placas condenando a interrupção da gravidez, fotos de bebês, além de uma mesa com imagens de santos católicos e miniaturas fetos.

J. os viu todas as vezes em que esteve ali para atendimento porque, desde 25 de setembro, o grupo católico “40 dias pela vida SP” monta diariamente sua tenda em frente à entrada do hospital, com o objetivo de persuadir mulheres que foram estupradas, que estão em gestações de fetos anencéfalos ou em gravidez com risco de vida a não abortar – únicos casos em que o aborto é permitido no Brasil. Com origem nos Estados Unidos e filiais em diversos países, a campanha também tem como alvo profissionais que atendem essas mulheres, como médicos, enfermeiros e psicólogos.

“Minha família é muito religiosa, muito cristã, isso mexe muito comigo inconscientemente. Fico tendo pesadelos com as crianças da foto, até porque não saíram os resultados dos exames, então ainda não sei se a violência resultou em gravidez”, diz J. Por isso, ela decidiu se aproximar e iniciar uma conversa. “Você conhece o significado de empatia?”, conta ter perguntado a uma das mulheres. “Sim, com todos os seres humanos”, teria respondido a integrante do grupo. “Posso te contar a minha história então?”, questionou J. Ela relataria que, no fim de setembro, durante uma viagem ao Rio de Janeiro, foi levada a um catifeiro e estuprada enquanto estava inconsciente. Acordou num quarto escuro e só foi libertada quando um homem apareceu e lhe entregou R\$ 5 para que fosse embora. Caminhou bastante até tomar um ônibus e parar na casa de uma amiga, a quem pediu ajuda.

Mas ela afirma não ter conseguido contar sua história, porque antes disso sua interlocutora teria começado a xingá-la e um homem teria surgido de dentro da tenda e a imobilizado com um mata-leão. Enquanto isso, segundo J., uma segunda mulher lhe dava tapas no rosto, peito e braços, e a agressão era filmada com um celular pela manifestante com quem havia conversado no início. A polícia logo chegou e levou o caso à delegacia, onde foi registrado um boletim de ocorrência por lesão corporal.

O documento traz também a versão de Celene Salomão de Carvalho, de 54 anos, autointitulada coordenadora do movimento e única do grupo a ir para a delegacia – as outras pessoas

envolvidas não estão relacionadas no B.O. À polícia, Celene disse que era J., “muito alterada e nervosa”, quem gritava “que aquelas pessoas eram a favor do estupro e apoiavam o estuprador”, além de tentar “tirar a tenda do local”. Relatou ainda que J. a teria agredido com tapas no rosto e chutes na perna.

Essa, entretanto, não é a versão da advogada Adriana Gragnani, que passava de carro pelo local exatamente no momento em que tudo aconteceu. “Abandonei meu carro quando vi o homem que tinha saído da barraca dando um ‘pescoção’ na J., enforcando ela. Comecei a gritar ‘larga, larga e chama a polícia’”, conta. Só quando a polícia chegou foi que Adriana conversou com J. e tomou conhecimento da sua história. Ela acabou acompanhando a jovem à delegacia e a ajudou com os trâmites legais, como a realização do exame de corpo de delito. “Entendo que esse grupo está fazendo um assédio aos profissionais do Pérola Byington e às mulheres que, em razão de um crime perverso que é o estupro, têm que recorrer ao atendimento”, afirma Adriana.

Na tarde de quarta-feira (23), a Agência Pública tentou conversar pessoalmente com os integrantes do “40 dias pela vida SP”. Celene, outras três mulheres e um homem com colar de crucifixo em volta do pescoço conversavam sentados debaixo da tenda. Havia cartazes pendurados com mensagens como “a vida começa na concepção”. A maior das faixas, instalada em frente à barraca, trazia o nome do grupo acompanhado pelo slogan “rezando pelo fim do aborto”. Havia ainda, atrás desse grande banner, uma mesa plástica que servia como uma espécie de altar, sobre a qual estavam imagens de Nossa Senhora e outros santos, um crucifixo dourado e miniaturas de fetos.



Grupo exhibe em sua tenda miniaturas de fetos



Também há uma mesa com imagens religiosas e crucifixos

Perguntamos a Celene desde quando estão ali, até quando pretendem ficar e quais são seus objetivos. “Nós só rezamos pelo fim do aborto”, ela responde. “Mas vocês são contra o aborto legal?”, questionamos, em referência aos três casos em que a interrupção da gravidez é

permitida pela lei brasileira. “Já leu a Constituição brasileira? É só ler lá, [a vida] é desde a concepção. Isso aí é decisão do STF”, retrucou, citando decisão do Supremo Tribunal Federal que em 2012 descriminalizou o abortamento de fetos anencéfalos. Muito antes disso, no entanto, o Código Penal já previa as outras duas exceções. Depois dessa pergunta, Celene e as outras três mulheres se ajoelharam com terços nas mãos e rezaram sucessivas Ave Marias. Insistimos na entrevista, mas ela se recusou a falar e pediu que parássemos, ou então chamaria a polícia.

Embora tenha dito que não fala com a imprensa, a coordenadora do grupo foi entrevistada no início do mês pelo portal de notícias católico ACI Digital e afirmou que “o principal motivo dos 40 Dias pela Vida são orações pedindo a conversão dos médicos, enfermeiros, funcionários, diretoria, que trabalham e praticam o aborto”. De acordo com Celene, “essa é uma das finalidades principais, porque nós queremos sim o fim do aborto, tanto no Brasil quanto no mundo.” Ela contou ainda que o Pérola Byington foi escolhido como local da manifestação porque “pratica o indecente ‘aborto legal’, como chamam”.

Mas Daniela Pedroso, psicóloga do serviço de violência sexual do Pérola Byington, diz que o atendimento prestado pelo hospital “não é nada mais do que a lei nos permite”. A unidade realiza não apenas o procedimento do aborto, mas também o primeiro acolhimento às vítimas, a profilaxia, exames e oferece acompanhamento psicológico. Algumas pacientes, segundo Daniela, já relataram incômodo com a ação dos religiosos. “Uma mulher que tenha feito o procedimento ou que precisa fazê-lo dentro da legalidade está muito mais vulnerável, e o problema na vida delas não é o abortamento, é o estupro”, destaca. “Quando você aborda elas na rua e começa a questionar, mostrar aquelas fotos – eles se ajoelham e começam a rezar –, tudo isso é muito forte, porque elas não estão aqui porque escolheram abortar de uma gravidez indesejada, estão aqui porque foram estupradas. Isso remete ao trauma do estupro, acaba sendo uma violação de direitos humanos.” Outra preocupação da psicóloga é que a presença do grupo afaste mulheres que estejam procurando o serviço pela primeira vez. “Será que mulheres não estão deixando de entrar? As fotos são fortes, tem miniaturas fetos de borracha. Eu soube de funcionária que foi abordada e chegou bastante nervosa porque colocaram essas miniaturas de fetos na mão dela.”

Líder do acampamento tentou eleição pelo PSL e repassou dinheiro de campanha para igreja

A atuação política de Celene não se resume às orações em frente ao Pérola Byington: nas últimas eleições, a ativista se lançou a uma candidatura frustrada como deputada federal de São Paulo pelo partido do presidente Jair Bolsonaro, o PSL. A campanha contudo, não ganhou as urnas.

Ainda em setembro, antes das votações, o Tribunal Regional Eleitoral de SP apontou que a candidata não estava corretamente filiada ao PSL. Celene recorreu, enviando imagens suas em atos do partido, declarações de terceiros e uma cópia da convenção estadual, mas o Tribunal não aceitou, afirmando que o partido não havia submetido sua inscrição partidária à Justiça Eleitoral.

A candidatura indeferida, contudo, não impediu que o PSL enviasse R\$ 10 mil para Celene, que gastou todo o dinheiro recebido durante a campanha com serviços de marketing político, como consultorias e gráficas, além de repassar R\$ 3 mil para a Comunidade Missionária Dai-me Almas, da Igreja Católica, que atua na zona sul de São Paulo. À Pública, o TRE respondeu que

políticos com candidaturas indeferidas não precisam devolver o dinheiro recebido de partidos, mesmo que venham do fundo partidário ou do eleitoral — é necessário apenas comprovar a utilização do dinheiro na prestação de contas. A verba doada pelo PSL veio do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), o mesmo apontado como origem dos recursos que irrigaram as campanhas de candidatas-laranja do PSL em Minas Gerais.

Além do dinheiro do PSL, a campanha de Celene recebeu outros R\$ 10 mil de Caio Augusto Lemos Cardoso, que atua no mercado de investimentos. Além de doar para Celene, Caio doou para o deputado estadual do PSL Arthur Moledo do Val, o youtuber “Mamãe Falei”, e para o deputado federal Kim Kataguiri, do Democratas (DEM).

Essa não foi a única tentativa de Celene em eleições: curiosamente, em 2012, ela havia concorrido pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ao cargo de prefeita de São Lourenço, no sul de Minas Gerais. Com o nome de Celene Carvalho, não foi eleita, obtendo apenas 370 votos.

Além das duas tentativas frustradas em eleições, Celene atuou como a “guardiã do Pixuleco”, o boneco inflável do ex-presidente Lula, utilizado durante as manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2015. Era ela quem providenciava os consertos do bonecão, atingido por facadas em Caxias do Sul e pelo vento em São Paulo.

Celene também esteve à frente dos atos que hostilizaram a filósofa americana Judith Butler na sua vinda a São Paulo em 2017. Ela chegou a ir ao aeroporto de Congonhas para enfrentar Butler, e terminou injuriando racialmente uma mulher negra, a quem disse: “você é feia, olha esse seu cabelo, olha essa sua cor, vai arrumar esse cabelo”. A injúria levou à condenação de um ano de reclusão em regime inicial aberto.

Organização americana, filial brasileira

Embora se autointitule coordenadora da única filial brasileira do “40 Dias Pela Vida”, o site oficial do grupo - que em inglês se chama “40 Days for Life” - aponta outras pessoas como lideranças no Brasil: constam na página os contatos de Lyege Ornellas Pires Carvalho e Maria Jocelina de Azevedo Pires Barreto Fonseca, ambas ativistas pró-vida. A primeira participou, em 2015, de um seminário sobre “ações e programas que visam a valorização da vida” na Câmara dos Deputados, falando sobre “origem da ideologia de gênero”, além de assinar uma ideia de proposta legislativa do vereador de Recife pelo DEM que buscava “tornar crime o ensino de ideologia de gênero (sic) nas escolas brasileiras”. A segunda foi coordenadora da edição de 2016 do “40 Dias Pela Vida” em São Paulo, realizada também em frente ao hospital Pérola Byington.

O Brasil é um dos 61 países que o “40 Days for Life” diz ter alcançado desde 2004, quando a campanha surgiu em College Station, no estado norte-americano do Texas, em reação à criação de um centro de promoção ao aborto na cidade alguns anos antes. Em 2007, aconteceu a primeira campanha nacionalmente coordenada nos Estados Unidos, que, segundo os organizadores, atingiu 89 municípios em 33 estados.

Hoje, o grupo diz ter atuação mundial: em seu site, há registros de filiais em praticamente todos os continentes, com presença maciça na América Latina, sobretudo em países como México e Colômbia, e também na Europa. Nos comunicados ao fisco dos Estados Unidos, a organização declarou em 2017 uma receita de mais de 2,3 milhões de dólares, cerca de R\$ 7,5

milhões à época — o “40 Days for Life” é obrigado a enviar essas informações ao governo por pedir isenção de taxas federais.

O grupo pró-vida pretende manter as atividades em frente ao Pérola Byington até dia 03 de novembro, quando a campanha internacional completa 40 dias. Enquanto isso, J. aguarda o andamento das investigações sobre a agressão que registrou na delegacia e tem recebido assistência jurídica do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem) da Defensoria Pública de São Paulo.

Por Anna Beatriz Anjos, Bruno Fonseca e Andrea DiP

A criminalização do aborto mata mulheres negras todos os dias, por Talita Rodrigues e Juliana Keila Jeremias

De acordo com dados do Instituto Anis, 15% das mulheres negras e 24% das mulheres indígenas já fizeram um aborto na vida

(Brasil de Fato, 22/10/2019 - acesse no site de origem)

Que corpos o Estado deixa morrer? Que vidas interessam para a sociedade? Marcadas pelo racismo, machismo e desigualdade de classe as mulheres negras brasileiras enfrentam perversas manifestações de violência. Essas violências atingem todas as dimensões da vida: na casa, na rua, na escola, no lazer, no trabalho, no sistema de saúde, na educação e diversas instituições do Estado. É diante desse cenário que a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-Pernambuco (Fase) lançaram a Campanha “Mulheres Negras Pela Vida!”

Um dos temas abordados se relaciona às violências sofridas por mulheres negras em suas trajetórias reprodutivas. A questão do aborto reflete desigualdades que produzem mais violências e morte para essas mulheres. Assim, falar sobre aborto é muito mais do que se posicionar como contra ou a favor, é reconhecer que trata-se de um fenômeno complexo de saúde e justiça e que sua criminalização mata cotidianamente muitas mulheres negras.

De acordo com dados do Instituto Anis, 15% das mulheres negras e 24% das mulheres indígenas já fizeram um aborto na vida, comparadas a 9% de mulheres brancas. O aborto é uma experiência comum na vida reprodutiva das mulheres brasileiras, porém, são as mulheres negras e pobres que estão mais vulneráveis a procedimentos clandestinos e inseguros que colocam em risco suas vidas. O Nordeste é a região com a maior taxa de abortos, denunciando o acesso mais frágil a políticas de prevenção à gravidez não pretendida, a contraceptivos e educação sexual integral. Mesmo nos casos em que o aborto não é criminalizado no Brasil, em casos de gravidez decorrente de estupros ou risco de vida para a gestante ou fetos anencéfalos, há dificuldades para que as mulheres realmente acessem esse direito e realizem o

procedimento de maneira segura e gratuita pelo SUS.

Nesse sentido, a campanha Mulheres Negras Pela Vida percorrerá todas as regiões do estado denunciando o racismo e outras violências. Além de ressaltar a força e a resistência das mulheres negras que enfrentam o sistema racista lutando pela vida, por saúde, dignidade, respeito e pelo bem viver.

Por Talita Rodrigues e Juliana Keila Jeremias